

A transição já começou

Parente coordenará o trabalho e governo evitará medidas complexas no fim do mandato

Editoria de Arte

Eliane Oliveira, Valderez
Caetano e Isabela Abdala*

BRASÍLIA

O presidente Fernando Henrique já prepara a transição para o futuro governo e corre contra o tempo para deixar a casa arrumada para seu sucessor, qualquer que seja ele. A menos de oito meses da posse do novo presidente, o governo já decidiu deixar de tomar algumas medidas pelo seu alto grau de complexidade mas deixará como herança para o novo ocupando do Palácio do Planalto um livro branco contendo todas as atividades, prioridades e recomendações estratégicas.

Para elaborá-lo, Fernando Henrique escalou o chefe da Casa Civil, Pedro Parente. Na próxima semana, ele se despede da Coordenação da Câmara de Gestão da Crise de Energia, na qual cuidou do racionamento durante um ano, para assumir mais uma missão espinhosa: coordenar a transição entre o atual governo e o próximo.

Antes mesmo da posse do futuro presidente, em janeiro de 2003, os novos assessores serão recebidos com tapete vermelho. Indicados pelo presidente eleito, eles terão DAS (Direção de Assessoramento Superior) provisórios, que serão uma espécie de passaporte para que possam acompanhar, dentro dos gabinetes dos órgãos públicos, todo o processo de transição.

Primeira decisão deve ser na energia

• Há decisões que precisam ser tomadas logo, segundo Parente. Ele cita como exemplo a separação das áreas das hidrelétricas: geração e transmissão. Ainda sobre o setor de energia, o ministro de Minas e Energia, Francisco Gomide, afirma que, até o fim do ano, sua equipe deverá se limitar a cuidar da parte normativa, com regras estáveis para dar previsibilidade, principalmente, aos investidores.

O ministro das Comunicações, Juarez Quadros, já não descarta a possibilidade de a escolha da tecnologia da TV digital — se européia, americana ou japonesa — ficar para o próximo governo. Se depender do candidato do PSDB à Presidência, José Serra, a TV digital será usada como um forte elemento de barganha nas negociações comerciais.

— Estamos elaborando um extenso material, que inclui até mesmo uma proposta de projeto de lei, para que o novo governo saiba como se precaver de um provável crescimento do déficit da Previdência do setor público, que tende a aumentar nos próximos 20 anos — diz o ministro da Previdência, José Cechin.

Alca também ficará para 2003

• Também caberá ao novo governo decidir se o Brasil vai ou não continuar negociando a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A recomendação dos ministros das Relações Exteriores, Celso Lafer, e do Desenvolvimento, Sérgio Amaral, é que as conversas continuem, sem que isso signifique que, no fim, o Brasil entre na Alca.

O governo pediu, e conseguiu, o adiamento, para janeiro de 2003, da apresentação das ofertas de reduções tarifárias e eliminação de barreiras não-tarifárias. Esta será a primeira decisão a ser tomada pelo futuro presidente na área internacional.

A secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Lytha Spíndola, considera importantes os avanços no processo de inserção do Brasil nas negociações internacionais. Mas diz acreditar que o Brasil não deve fazer qualquer tipo de concessão em termos de abertura econômica sem barganhar.

— Temos que agir como o resto do mundo. Não negociar qualquer acordo se não tivermos uma contrapartida equivalente — recomenda.



As propostas dos pré-candidatos

	CPMF	ALCA	COMPANHIAS AÉREAS	PRÓ-ÁLCOOL
 LULA	"Deve ser mantida até 2003. Depois, deve perder o caráter arrecadatório. Para isso, sua alíquota deverá ser reduzida, de modo que seu efeito pernicioso seja eliminado. A CPMF deverá então ser mantida por seu caráter fiscalizador."	"A proposta da Alca, nos termos atuais, é inaceitável. Não é um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, é uma proposta de anexação das nossas economias à economia americana. Um projeto de integração pressupõe certa equidade entre os que participam dela. Os EUA detêm a hegemonia econômica, tecnológica, militar e cultural, e não se propõem a desenvolver uma política compensatória como a que a União Européia tem para a Espanha, Portugal e Grécia, por exemplo."	"O transporte aéreo é um setor estratégico, principalmente para um país grande como o Brasil. Para sair da crise são necessárias medidas governamentais voltadas para assegurar a isonomia tributária e de financiamento às empresas brasileiras, compatíveis com a realidade internacional."	"É necessário romper com a dependência do petróleo, não somente em termos de importação, mas enquanto combustível fóssil não-renovável. Defendemos a elaboração de uma regulamentação do setor sucro-alcóoleiro num projeto que defina o papel do álcool como aditivo e como combustível na Matriz Energética Nacional."
 JOSÉ SERRA	"Se tivermos outra fonte que a substitua, no contexto da reforma tributária, a CPMF poderá ser extinta. Se não, não, pois isso geraria déficit público."	"Vamos continuar sim. Porém, tudo vai depender do outro lado da mesa. Os EUA, e da mesma forma todos os outros países ricos, não podem continuar falando em livre comércio só como doutrina e praticar o protecionismo quando lhes interessa. Esse é o caso, por exemplo, do aço, da soja e do suco de laranja. O nosso ponto de partida na discussão serão as tarifas que consolidamos na OMC."	"Vamos ajudar sim, mas não com dinheiro. Isso não deve significar que essas empresas dependam de subsídios ou outras formas de uso de dinheiro público. Há outras formas de fortalecê-las. No caso de vôos domésticos, não vamos abrir o setor para o capital estrangeiro."	"O álcool carburante chegou para ficar na matriz energética brasileira. Para mim a discussão atual gira em torno de qual será a melhor estratégia para desenvolvimento e consolidação dessa alternativa energética. Desde logo, vamos promover mais compras públicas de carro a álcool para atender às demandas do governo."
 GAROTINHO	"Farei um ampla reforma tributária com o fim dos impostos cumulativos, como a CPMF. A CPMF é um dos impostos mais injustos e não vou prorrogá-la."	"As recentes ações do governo dos Estados Unidos com a concessão de subsídios à agricultura norte-americana e a sobretaxa ao aço só fazem aumentar a desconfiança de que eles (EUA) querem criar a Alca em bases desiguais de comércio. E essas condições o Brasil não pode aceitar."	"Precisamos formatar o novo modelo para que as companhias aéreas nacionais sejam atendidas de alguma maneira, mas em contrapartida ofereçam serviços com maior qualidade e a um preço mais acessível à população."	"Foi um erro desativá-lo. Empregamos milhares de pessoas, geramos renda no campo e reduzimos a nossa dependência externa em relação ao combustível fóssil. A reativação do Pró-Alcool é uma das prioridades do meu programa de governo."
 CIRO GOMES	"É um imposto ruim, mas só poderemos abrir mão dele quando dispusermos de um novo modelo tributário como o que eu proponho e cujos detalhes estão no meu site (www.ciro23.com.br)."	"O Brasil não pode aceitar o calendário estabelecido para o início da implantação da Alca, que é 2005. O Brasil não está preparado para se confrontar com as economias desenvolvidas. Nos Estados Unidos e no Canadá, o setor produtivo opera com padrão de financiamento de baixo custo na ponta tecnológica e megaescala. O setor produtivo brasileiro financia-se a 18,75% de juros básicos ao ano, com o retardar de três gerações tecnológicas em média e em pequena escala. A Alca é importante, mas só podemos encará-la quando superarmos essa assimetria competitiva."	"Precisamos estudar uma solução para o problema, porque o país não pode abrir mão de uma estrutura nacional de transporte aéreo."	"O governo precisa retomar esse programa, mas em bases profissionais, com planejamento, para que não haja ameaça de desabastecimento. O novo Pró-Alcool deve ser um programa auto-sustentado para não depender de subsídios."

Parente afirma que, no setor aéreo, ainda há tempo de enviar ao Congresso a proposta de criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Mas só isso. Qualquer decisão relacionada a socorro financeiro para as companhias em crise deverá ficar para o próximo governo.

— A crise financeira das compa-

nhias aéreas é um problema de mercado — diz o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Benjamin Sicsú.

Outra decisão polêmica que dá arrepios no ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, e seguramente será deixada como herança para o próximo governo, consiste na inspeção veicular, prevista no Código

Brasileiro de Trânsito. Pela legislação, toda a frota nacional de veículos terá que passar por uma revisão anual. A medida é impopular, pois, se reprovados no teste, os carros podem até ter de sair de circulação. Segundo especialistas, a inspeção deverá movimentar cerca de R\$ 10 bilhões por ano.

A bandeira a favor da revitaliza-

ção do Pró-Alcool, levantada por Amaral, tende a não passar de uma carta de intenções neste governo. E, no setor habitacional, o governo terá que anunciar, ainda este ano, soluções para o financiamento de imóveis para a classe média. ■

• COLABOROU Jailton de Carvalho